

A importância do discurso messiânico durante o reinado de D. Afonso V

KATIUSCIA QUIRINO BARBOSA¹

1. Introdução

As circunstâncias que levaram a ascensão de Avis ao poder impuseram à nova dinastia a questão da legitimidade como um desafio tão grande quanto à superação da crise estrutural que marcou o século XIV em toda a Europa e que em Portugal teve conseqüências peculiares, sobretudo, por conta da instabilidade gerada pela morte do último representante da dinastia de Borgonha, o que por pouco não levou ao completo colapso social e a supressão do reino por Castela, seu inimigo histórico.

Em meio à referida conjuntura, a casa avisina empenhou-se na construção de um discurso capaz de solucionar o problema da legitimidade, evocando valores caros à cultura portuguesa aliando a imagem do rei-guerreiro ao ideal messiânico a que estaria destinado o reino português. Diante disso, o objeto de nosso trabalho é definir as características desse discurso messiânico e a releitura da noção de cruzada durante o reinado de D. Afonso V.

Considera-se que ao longo do governo do *Africano* esses ideais foram amplamente utilizados pela propaganda monárquica como forma de justificar a política externa portuguesa na África e como forma de coesão interna, uma vez que eram entendidos como fortes aglutinadores sociais capazes de garantir legitimidade a ação régia.

Para esse propósito lançaremos mão da produção cronística à época do referido monarca, notadamente as obras de Gomes Eanes de Zurara, que tem como eixo a exaltação dos feitos cavaleirescos em África e a *Crônica de D. Afonso V*, composta por Rui de Pina e que apresenta um “retrato” do rei, descrito pelas mãos do quarto cronista-mor do reino que teve a oportunidade de conhecê-lo e acompanhar com certa proximidade os últimos anos de seu longo reinado.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

2. Legitimidade e propaganda régia

O advento de D. João I colocou em pauta a discussão acerca da legitimidade do poder de sua Casa, tendo em conta a sua bastardia e outros argumentos de ordem jurídica que afastariam de imediato a sua pretensão ao trono. Diante dessa conjuntura é necessário entender os meios utilizados para validar o poder avisino. Tais mecanismos devem ser analisados tendo em vista o conceito de legitimidade do poder no pensamento medieval. Margarida Garcez Ventura aponta duas vias explicativas da noção de poder na Idade Média. A primeira delas seria a descendente, segundo a qual o poder era divino e, portanto, emanava de Deus aos homens, conferindo, assim, legitimidade ao poder do rei e de seus herdeiros, que o recebiam diretamente ou pela intermediação papal. Essa era a perspectiva tradicional, adotada nos reinos europeus desde os princípios da Idade Média. A outra via era a ascendente. Essa segunda era menos comum, pois previa a possibilidade do poder advir de Deus através dos homens.

De acordo com Ventura, ainda que a via descendente prevalecesse não era tão raro que a perspectiva ascendente fosse evocada, considerando que era uma via “populista” e no sistema feudal, onde o rei o era pela aprovação de seus feudatários e pela graça de Deus, era conveniente uma concepção de poder que contemplasse a vontade dos grupos senhoriais.

O rei devia atuar segundo o interesse da publica utilitas cuidando especialmente da prossecução da justiça para com o povo que lhe tinha sido confiado por Deus, e de que tinha que dar conta a Deus. O Papa, como distribuidor da graça divina, vigiava para que o poder fosse exercido segundo a origem das normas que a sua origem lhe impunha. Consequentemente um mau rei ficava sujeito à excomunhão. Mas o argumento também funcionava ao contrário. Isto é, um potencial candidato ao trono podia ganhar legitimidade e fazê-la reconhecer pelo Papa, quando desse provas de preocupação com o bem comum e pela defesa do povo cristão (VENTURA, 1992:07).

Portanto, face às circunstâncias que envolveram a ascensão do Mestre de Avis, parece-nos claro que a explicação ascendente cabe perfeitamente para justificar a origem e a legitimidade do poder de D. João I. Contudo, ainda que essa justificativa fosse suficiente para aclamar o mestre de Avis rei de Portugal, em 1385, era preciso, ainda, legitimar o poder avisino no campo simbólico. Dessa forma, de acordo com Ventura, à segunda geração ficou relegada a tarefa de construir um “discurso legitimador”. Este está associado ao que Vânia Leite Fróes intitulou “discurso do paço”,

que constitui um modelo ordenador que atua como sustentáculo ideológico da dinastia servindo como propagador do seu projeto político, abarcando a prosa moral, os tratados técnicos, crônicas, peças teatrais, trovas, etc.

De acordo com Fróes, esse discurso pretende legitimar o poder régio a partir da consolidação de um modelo messiânico onde o rei figura como salvador, não só do reino, mas também de toda a Cristandade (FRÓES, 1995:04) além de fornecer “*um substrato ideológico, através de seus mecanismos de consolidação e de resolução dos conflitos políticos, por meio de uma releitura da tradição cristã, conferindo uma sacralidade à monarquia.*” (Ibidem: 49).

A função e a amplitude do discurso do paço devem ser analisadas conjuntamente ao projeto político avisino, erigido diante da necessidade de reorganizar o poder régio e definir as suas bases de apoio. O projeto apontava as diretrizes do Estado português tanto em suas ações internas quanto externas, trazendo em sua essência elementos que justificavam o poder e os atos régios. Quanto aos fundamentos desse projeto, Clinio Amaral assinala que:

O projeto político de Avis foi sustentado por três pilares, uma voraz ação centralizadora que visava centralizar a justiça régia enfraquecendo os demais poderes; a tentativa de criar por meio da expansão africana, elementos que aglutinassem a sociedade na luta contra o infiel e na conversão de novas almas. E por ultimo um intenso programa de propaganda cuja intenção era reescrever a história do reino, com vistas a sacralizar os atos do Estado por meio da apropriação de funções estritamente sacerdotais ao campo de ação régio e da sobreposição da imagem do estado às imagens sagradas do cristianismo (AMARAL, 2008:64)

As diretrizes apontadas no modelo político erigido ainda durante o governo do Mestre de Avis podem ser observadas em todos os reinados avisinos ao longo do século XV. Considera-se que as profundas modificações sociais ocorridas neste período fizeram com que os monarcas optassem por enfatizar um ou outro elemento do projeto. Dessa forma, observa-se que no reinado de D. Duarte e durante a regência do Infante D. Pedro o foco da política régia residia no processo centralizador, preocupação que também pode ser percebida no governo de D. João II, ao passo que no reinado de D. Afonso V a ênfase é colocada sobre o movimento expansionista. Assim, as nuances do projeto avisino não nos parecem suficientes a ponto de descaracterizá-lo, uma vez que

em sua totalidade ele continua a servir de base para a governança régia durante todo o século XV.

Os três pilares nos quais se embasam o projeto estão correlacionados, destacando-se o programa propagandístico como mecanismo de articulação entre os outros dois elementos, figurando como o principal baluarte da política avisina. Na propaganda régia nascem os instrumentos que garantem a legitimação quer da ação centralizadora quer da expansão. É nela que reside o discurso do paço e onde se constrói e exalta o sentimento nacional.

A função legitimadora da propaganda criou como já dissemos, um modelo messiânico a ser encarnado pelo Mestre de Avis e o uniu ao fundador do reino, D. Afonso Henriques. A trajetória de ambos fora comparada e associada, o mito de origem enaltecido. O *milagre de Ourique* nunca estivera tão vivo na mente do povo português, quanto nos primeiros anos da era avisina. Os cismáticos castelhanos e o mouro infiel eram aludidos a todo instante, pois representavam o outro que os portugueses deveriam evitar e combater a fim de atingir a sua própria identidade. O paradigma de rei guerreiro fora reafirmado e o reino deveria cumprir sua missão, se expandido para além das fronteiras da Cristandade.

3. Cruzada e coesão nacional em Avis

Em 1411 assinou-se o tratado de paz com Castela, limitando, assim, o campo de atuação da nobreza, criando uma situação de tensão no reino, uma vez que esse grupo perdeu o principal meio para aumentar os seus domínios: a guerra. Era necessário escoar as tensões internas do reino, ainda abalado pela crise e com um contingente de guerreiros ociosos.

Nesse sentido, a conversão dos “infiéis” e a “salvação das almas” coadunam-se com a noção de novos tempos que supostamente foram inaugurados com a ascensão da casa de Avis. Com o início da empresa africana, fundamentou-se o discurso expansionista monárquico da missão salvacionista-cristã, à qual estaria destinado o reino português. Para o historiador João Marinho esta nova ideologia cruzadística:

Reforçou idéia que a Nação tinha uma missão histórica a cumprir: deveria difundir o reino de Deus, combatendo em primeiro lugar e onde quer que se encontre o inimigo absoluto dos cristãos, o mouro, tal como havia sido revelado ao primeiro rei de Portugal na demonstrativa Batalha de Ourique, quando um

punhado de portugueses venceu, com inequívoco auxílio de Deus, cinco reis mouros à frente de um numeroso exército. Assim, para que o milagre de Ourique se repetisse, deveriam ser acionados “ritos” que levassem os combatentes cristãos a lutarem com o coração puro e incomensurável fé no concreto auxílio de Deus, através dos seus santos e dos seus anjos. Repare-se como “mito” fundador de nossa nacionalidade tema legitimá-lo uma missão/objetivo de caris divino e de dimensão universalista, o que significa que a ideologia cruzadística legitimará que nada nem ninguém, se poderia opor à concretização da missão evangélica dos portugueses a atentar contra o seu desejo de independência como nação. Aljubarrota estava, pois, na linha vitoriosa de Ourique, e a missão evangelizadora deveria ser distendida a todos os povos, inclusive aos não-cristãos e os gentios. Nesta perspectiva, como toda a terra pertencia a Deus, quaisquer cristãos, designadamente os portugueses, tinham o direito de a reconquistarem aos mouros e gentios; de cativarem os corpos dos “outros”, a fim de ajudarem a salvar suas almas; de ocuparem e dominarem reinos estranhos (SANTOS,1998:109).

Para além do carácter agregador da ideologia avisina, Clinio Amaral aponta que o discurso monárquico constituiu um poderoso mecanismo simbólico “*por apresentar em sua estrutura narrativa alguns elementos da tradição cristã, visando legitimar e sacralizar a guerra na África*” (AMARAL, op. Cit:53).A guerra externa contra o inimigo histórico da Cristandade pode ser entendida como um importante elemento de coesão, dominação, fundamentado na ideologia cavaleiresca, além de ser promotora da centralização estatal. No que concerne à importância das guerras promovidas pelos portugueses durante o século XV, João Marinho considera que:

Acrescia que esta guerra entre cristãos e mouros e / ou gentios rebeldes era não só uma necessidade inevitável, como também uma excelente oportunidade para a aquisição de honra, outro valor central das sociedades de então. Assim, por ser mais feroz que outras guerras, ela poderia ser ocasião para o indivíduo demonstrar as suas virtudes, como a coragem, o espírito de sacrifício, a solidariedade, a valentia, o sentido de obediência, a vontade de ser o primeiro (de ser primoroso)... Resumindo: a par do proveito, poderiam emergir com a atividade guerreira valores como a honra, a fama e a glória, sendo o maior estádio desta última o direito ao Céu. (SANTOS, op. Cit :20).

A guerra na África assumiu carácter missionário considerando que se consolidou em Portugal uma ideologia que exaltava o reino como a “nação” escolhida a expandir o cristianismo para além dos domínios Europeus. A luta contra o “infel” converteu-se, a partir do “descobrimento” de novos povos, na salvação de almas pagãs. Nessa perspectiva, o discurso religioso tornou-se um dos pontos fundamentais da propaganda

política de Avis, revelando-se, sobretudo, na produção cronística de Zurara. Quanto à isso, Clinio Amaral destaca que:

*O ponto mais importante dessa propaganda é o discurso religioso, o qual associa a expansão à idéia do **serviço prestado a Deus**, pelo Infante D. Henrique e o rei D. Afonso V. É um discurso que desqualifica os opositores da expansão, pois o argumento do cronista é de que criticar a empresa ultramarina equiparava-se a criticar o serviço prestado a Deus (AMARAL, op. Cit:53).*

A memória construída em Portugal sobre o movimento da Expansão Marítima, procurou enfatizar o caráter cruzadista e salvacionista do movimento, exaltando os valores da cavalaria e apontando o serviço de Deus como principal fomentador desse processo. Todavia, o projeto expansionista em sua dimensão política, pretendeu alcançar objetivos que iam além da noção messiânica. Para João Marinho, o principal interesse de Avis ao empreender a conquista de Ceuta era a coesão do reino em torno de um ideal gerador de identidade.

Nesse sentido, a guerra contra os mulçumanos que inicialmente constituía uma estratégia política nacional, integrou rapidamente um projeto mais amplo de expansão da *Respublica Christiana*. Em 1418 D. João I solicita ao Papa Martinho V uma bula de cruzada contendo as graças, remissões e indulgências para aqueles que lutaram e que continuavam a defender a praça africana. Quanto a este pedido do rei de Portugal ao Papa, João Luís Fontes Inglês aponta que:

Aparece-nos claramente a consciência de que a manutenção da cidade se serve a Cristandade e a exaltação da fé por estender o seu domínio territorial ao Islão, serve também aos interesses expansionistas nacionais, aplicando-se igualmente a esta atividade as indulgências e privilégios concedidos aos cruzados que iam para a Terra Santa.(FONTES,1995:406).

A conquista de Ceuta foi, portanto, imbuída de uma nova ideologia cruzadística estruturada pela casa de Avis. A tomada da praça africana inicia a segunda etapa do projeto político avisino “*que passou a considerar deliberadamente o além-mar como espaço de atuação*” (AMARAL, op. Cit:72). A expansão foi de extrema importância no sentido de promover a coesão nacional e a legitimação da monarquia, pois concretizava o ideal salvacionista messiânico.

4. Legitimidade e expansão no reinado de D. Afonso V

Há unanimidade na historiografia acerca do “retrocesso” que o reinado de D. Afonso V representou um retrocesso no processo centralizador em Portugal. De fato, ocorre um aumento expressivo do poder das casas senhoriais, o que de forma alguma nos parece significar uma atitude leviana do monarca em relação à centralização. A situação política do reino à época em que o *Africano* chega ao trono era um tanto delicada e agravou-se após o episódio de Alfarrobeira. A regência o do Infante D. Pedro desagradou aos setores tradicionais da nobreza portuguesa, visto que sua atuação procurava afastar do centro do poder aqueles que poderiam ameaçar a autoridade régia. Quando o rei assumiu o governo, necessitou estabelecer suas bases de apoio que, obviamente, não poderiam ser as mesmas de seu tio, considerando a noção de fidelidade que regia as relações sociais.

A figura de D. Pedro e seus aliados representavam um perigo iminente ao poder real e não tardou para que as casas senhoriais mais poderosas, destacando-se a de Bragança, se aproximassem do jovem rei e povoassem sua mente com desconfianças em relação às intenções do antigo regente. O desfecho final em Alfarrobeira colocou o monarca em uma situação muito incômoda interna e externamente. Novamente o poder régio necessitava de instrumentos que o legitimasse, assim como o reino precisava de mecanismos ideológicos que garantissem a sua coesão. D. Afonso V carecia de apoio e era extremamente impopular em diversos setores da sociedade, apegando-se, então, aqueles que lhe poderiam garantir a legitimidade necessária para governar, trazendo de volta ao núcleo do poder as forças senhoriais.

Durante o reinado de D. Afonso V a propaganda atuou no sentido de construir um discurso que conferisse legitimidade ao monarca, aumentando o seu prestígio como governante. O principal agente dessa produção propagandística foi o segundo cronista-mor do reino, Gomes Eanes de Zurara. Diferentemente da obra de Fernão Lopes, que buscava justificar a permanência de Avis no poder e identificar traços de continuidade com a dinastia anterior, exaltando, assim, os elementos “característicos” do povo português, a crônica de Zurara resgatava alguns valores assentes na cultura portuguesa e que serviriam de propulsores à promoção da coesão nacional. O eixo da obra do cronista eram as guerras de expansão na África, destacando a importância da

nobreza e seu valor nos feitos de guerra, agradando, portanto, aos grupos que forneciam o apoio necessário para a manutenção do monarca no poder.

O cronista enaltece as noções de honra e proveito, atentando para a função da guerra como meio de expandir os ideais evangelizadores e realizar o destino messiânico do reino português. Estruturou-se, então, um forte discurso messiânico-cavaleiresco que exaltava as ações da cavalaria na África. Destacamos aqui a *Crônica dos Feitos e Conquista da Guiné* que apresenta uma forte entonação religiosa, identificando o reino Portugal como difusor do cristianismo e forjando uma identidade portuguesa a partir dos ideais cristãos em contraposição aos muçulmanos. Na referida obra são correntes os relatos acerca da conversão dos povos encontrados na África subsaariana, visto que esta crônica constitui o primeiro relato dos portugueses sobre os novos povos encontrados em território africano.

(...) Foram eles, porém ao diante havendo conhecimento da terra, na qual achavam grandes astança, e des i como os tratavam com grande favor, Ca porque os as gentes não achavam endurentados na crença dos outros mouros, e viam que de boa vontade se vinham à lei de Cristo (...)ora vede que galardão deve ser o do Infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação, não somente aquestes, mas outros muitos, que em esta história ao diante podeis achar!
(ZURARA,1972:98-100)

A obra que é tida pelos especialistas como um panegírico do Infante D. Henrique, aponta o referido príncipe como o principal responsável pela conversão de “novas almas” ao cristianismo, assim um dos eixos que estrutura a *Crônica da Guiné*, e o caráter missionário da empresa africana é repetidamente lembrado. Assim na passagem supracitada observamos que o autor exalta o grande “galardão” que a “salvação” de almas pagãs representa para o Infante. Trata-se, pois, de expandir as fronteiras do cristianismo, alcançando aqueles que, na visão dos portugueses quatrocentista, nunca haviam tido contato com nenhum tipo de religião, ao contrário dos mouros. Estes, de acordo com a ideologia salvacionista avisina, também devem ser convertidos:

Ouço as preças das almas inocentes daquelas bárbaras nações em número quase infindo, cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos, são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais lavadas na água do batismo, e ungidas com o santo óleo, soltas desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem sob a semelhança da claridade dos dias de seus antecessores. (Ibidem:39)

Assim, na passagem acima o cronista mostra o valor da empresa no sentido de trazer ao cristianismo aqueles que “*desde o começo do mundo nunca viu luz divina*”, mas um importante traço da índole evangelizadora que se pretende atribuir à expansão portuguesa. O serviço de Deus como causa principal da empresa é apresentado pelo autor logo no início da obra. O caráter sagrado associado à guerra foi um dos elementos legitimadores do discurso expansionista estruturado no reinado de Afonso V. A expansão, como um dos pilares do projeto político avisinio, foi o foco da ação régia durante o reinado do *Africano*. As suas consequências e os valores nela contido atendiam às expectativas do monarca, tanto na consolidação de uma identidade agregadora para o reino, quanto para a diminuição das tensões internas causadas pela atuação das grandes casas senhoriais.

O movimento servia para enaltecer a figura régia como grande difusor do cristianismo, agradando ao papado e impressionando os demais Estados europeus diante da magnitude dos feitos portugueses fora das fronteiras da cristandade. Assim, a construção da imagem do rei, interna e externamente, também se coaduna com o projeto expansionista, nesse sentido Joel Serrão assinala que:

O rei português surgia perante Roma e a Cristandade, como um leader cruzado que convinha proteger, acarinhar e estimular. A defesa contra o islã numa época em que o perigo turco no oriente inquietava a Europa cristã era uma tarefa que a todos interessava. Portugal dava mais passo nas suas ligações com o exterior, ampliava a sua abertura, concertava-se cada vez mais com a cristandade. A coroa portuguesa não tardou a dar-se conta do valioso trunfo que tinha nas mãos (SERRÃO & MARQUES, 1998:574).

Portugal aparecia como uma forte potência regional que tem como propósito não somente a expansão nacional, mas também da cristandade. Nesse sentido, a propaganda também fora utilizada com o intuito de veicular os feitos portugueses no cenário internacional, aumentando o prestígio do reino em toda a Europa.

5. D. Afonso V: um cruzado quatrocentista

A ascensão de D. Afonso V ao trono traz consigo demandas distintas das do reinado de seu pai e da regência de seu tio, descolando o núcleo do projeto avisinio, o qual passou da centralização à expansão. De fato, como pondera Amaral, no plano das

representações sociais essa “vocação messiânica” do reino português havia sido abandonada desde o episódio de Tânger (AMARAL, op. Cit: 257).

A política interna do monarca que permitia largas concessões contribuindo para o fortalecimento de algumas casas, não parece alheia ao projeto político avisino. Em seu reinado ocorreram reuniões frequentes das cortes e Portugal conseguiu, finalmente, recuperar-se da crise financeira que se arrastava desde o século XIV. Foi um período de grande prosperidade para o reino, sobretudo por conta da abundância de produtos oriundos das praças africanas. O comércio floresceu e com ele a burguesia que gradativamente foi ganhando reconhecimento do rei. A administração régia também não fora esquecida pelo monarca que aumentou significativamente o número de burocratas e cargos públicos procurando fortalecer o poder do Estado (MARQUES, 1988:563).

Mas as suas atenções estavam voltadas para fora. Buscava a glória no seio da Cristandade. Suas inúmeras conquistas na África enalteciam seu reino e aumentava sua fama. A atuação guerreira e o espírito cruzadista desse monarca foram a característica de seu longo reinado que resultou na conquista de quase toda a costa oeste africana. Desde os primeiros anos de seu reinado mostrou-se fiel aliado do papado no que tange à luta contra os muçulmanos, acatando prontamente a exortação do papa Calixto III para uma cruzada contra o turco, episódio narrado em sua biografia, a qual começou a ser composta por Rui de Pina durante o reinado de D. João II.

E no Maio d'este anno de mil e quatrocentos cincoenta e tres, o Gram Turco chamado Mafamede tomou por cerco a nobre cidade de Constantinopla em Grecia, cabeça do imperio no Oriente, e a cidade de Pera com muitos outros reinos e provincias de christãos de Europa e Asia, sendo Papa na Santa Egreja de Roma Nicolau sexto, que de muito velho e anojado do caso a que quizera prover, logo falleceu e sobcedeu em seu lugar o Papa Calisto terceiro, de nação valenceano, em virtudes, saber, e esforço homem mui singular, e com a dôr da perdição d'aquellas cidades e terras, e aceso em um santo ardor de as cobrar, convocou e encitou para isso por seus breves e messegeiros todolos Reis e Principes christãos. Entre os quaes foi El Rei D. Affonso, que como era Principe mui catholico e de grande coração, e em que o real sangue para mais honra servia, sendo ainda a Rainha viva, aceitou a empreza com promessa de servir a Deus n'aquella guerra com doze mil homens por um anno á sua custa, para execução do qual, em fazimento de navios e compras d'armas, e em outras cousas a tal e tão longa viagem necessarias, fez grandissimas despezas, não sem grandes lamentações do reino, e em fim El-Rei por então desistiu d'aquella ida, assi porque lhe falleceu para isso muito dinheiro, como porque o Papa Calisto falleceu, que deu causa aos outros Principes christãos tambem desistirem. (PINA, 1901:140).

A tônica da crônica de Rui de Pina era, como se podia esperar, de exaltação da figura do monarca. Porém, composta anos após a morte de D. Afonso V e em uma conjuntura na qual se valoriza o poder monárquico em detrimento dos demais, tal obra constrói uma imagem do rei como um rei-cavaleiro, *para quem o ofício de armas constituiu a principal ocupação e a índole religiosa colocou em jogo os interesses do reino*. (Serrão, 1980:62). Assim, o retrato que se forja desse monarca é de um governante retrógrado pouco afeito ao papel que o rei deveria exercer nesses novos tempos. Tal imagem se consolidou na história e ainda persiste, séculos depois, sendo o Africano acusado de atrasar a ação centralizadora e, por conseguinte, a chegada da modernidade a Portugal. Na verdade trata-se de um governante em um período de densas e rápidas mudanças sociais e que para manter-se no poder valeu-se do jogo político medieval. Entendemos que o aparente neosenhorialismo escamoteia o real objetivo da monarquia que é o domínio da nobreza, fazendo com que ela atue de acordo com os interesses da realeza.

Outro ponto importante que caracteriza o governo de Afonso V foi a necessidade de sacralizar a realeza em um momento no qual os seus fundamentos legitimadores encontravam-se abalados, além de justificar e sagrar a guerra africana. Nesse sentido, observa-se o esforço para a santificação do infante D. Fernando, morto em Tânger, em 1438. Todavia, o caráter estritamente religioso que envolve a construção do Infante Santo e a empresa expansionista não devem ser menosprezados. Havia no reino uma atmosfera religiosa poderosa que não estava vinculada apenas à propaganda régia. A atuação das ordens menores no reino, sobretudo, a franciscana, dá provas de que a religiosidade da ação régia não era somente um artifício retórico.

As noções de rei guerreiro e cruzado, ainda que em declínio no restante da Europa, vigoravam em Portugal. D. Afonso V não era apenas um rei de concepções anacrônicas, mas sim um cavaleiro, educado de acordo com os princípios e valores que seus antecedentes esforçaram-se para consolidar no reino. A relação com os concelhos e a burocratização do Estado, bem como o papel de intermediário entre nobreza e terceiro estado, sinalizam para o novo papel que o rei passará exercer na era moderna. O reinado de D. Afonso V se dá em um momento de transição do pensamento medieval para o moderno. Em sua corte já eram notáveis as presenças de alguns importantes humanistas como Mateus de Pisano. Seu longo reinado foi marcado por uma ideologia presente no

reino desde sua fundação e que em alguns momentos fora utilizada para exaltação da realeza. A ideologia cavaleiresca e cruzadística não morreu com D. Afonso V, podendo ser observada na atuação do último rei cruzado de Avis, o jovem D. Sebastião, marcando assim o início e o fim de uma dinastia.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica de Guiné*. Segundo o manuscrito de Paris Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1972.

PINA, Ruy de. *Chronica de el-rei D. Afonso V*. 3 Vols. In: PEREIRA, G. *Bibliotheca da Clássicos Portuguezes*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

Fontes secundárias

ACCORSI, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412 -1438)*. . Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997

AMARAL, Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004.

AMARAL, Clinio. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438 - 1481)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2008,

COELHO, Maria Helena da Cruz. **Portugal na época dos descobrimentos** In: *Revista história das ideias*. Instituto de História e teoria das ideias. Faculdade de Letras, 1992.

FRÓES, Vânia. *Era no tempo do rei*. Tese Titular apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprografada , 1995.

MALEVAL, Maria Tavares do Amparo. **O discurso de conquistadores e conquistados nas crônicas de Zurara**. In: *Convergência Lusitana*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1994

SANTOS, João Marinho dos. *A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: Séculos XV e XVI*. Edição: Grupo de trabalho do ministério da Educação pra as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial verbo, 1980. Volume II.

SERRÃO. Joel & MARQUES A.H. de Oliveira. *Nova história da expansão Portuguesa. A expansão quatrocentista*. Lisboa: editorial estampa, 1998.

VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.